IMS INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Medicina Social

O Desafio Político-Econômico Brasileiro no Contexto Latinoamericano

José Luis Fiori

Outubro / 1992

Diretor: José C. Noronha
Comissão de Publicação: Cid M. de Mello Vianna
Michael Reichenheim
Joel Birman
Secretária : Regina A. Marchese
Editoração Eletrônica: Sergio I. Amato
Nota: A série "Estudos em Saúde Coletiva" é uma publicação de textos para discussão, do Instituto de Medicina Social - IMS, de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es)

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Medicina Social - UERJ

F519 Fiori, José Luis
O desafio político-econômico brasileiro no contexto latinoamericano / José Luis Fiori. — Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1992.
16 p. — (Série Estudos em Saúde Coletiva; nº 13)

Inclui comentários do Prof. George Kornis sobre o nº 3 da Série Estudos em Saúde Coletiva. "A política social do governo Collor".

1. Política econômica - América Latina. 2. Política social - America Latina. I. Título. II. Série.

CDU 338.98 (8=6)

O DESAFIO POLÍTICO-ECONÔMICO BRASILEIRO NO CONTEXTO LATINOAMERICANO*

JOSÉ LUIS FIORI**

As amplas transformações ocorridas na economia mundial ao longo dos anos 70 colocaram em xeque os principais suportes tecnológicos, macroeconômicos e institucionais responsáveis pela longa onda de crescimento que marcou a economia mundial desde o pós-guerra. Hoje é consensual o reconhecimento de que a crise não se limitou a um descontrole financeiro e dos balanços de pagamentos, esta envolveu também aspectos estruturais decisivos tanto da base técnica quanto da ordenação da divisão internacional do trabalho. Estas mudanças que se abateram sobre as economias industrializadas nos anos 70 impactaram profundamente, nos anos 80, as principais economias latinoamericanas.

Com efeito, a partir de 82, com o racionamento do crédito internacional, a aguda deteriorização dos termos de troca e a elevação abrupta das taxas de juros internacionais as principais economias latinoamericanas, viram-se constrangidas a buscar novas respostas desafiadoras de forma imediata pela crise cambial. Desde então várias economias da região desenvolveram esforços

---

* *Trabalho apresentado na Mesa Redonda sobre Transformações Sócio-Econômicas na América Latina e a Nova Ordem Internacional, do 9º Congresso Nacional dos Sociólogos e Seminário Latinoamericano de Sociologia realizados em São Paulo de 25 a 29 de agosto de 1992.*

** *Professor do Instituto de Medicina Social da UERJ e do Instituto de Economia Industrial da UFRJ.*

de ajuste macroeconômico e reestruturação produtiva visando adaptar-se ao novo contexto internacional.

O Brasil, que ao lado de outros países da América Latina, se industrializou no pós-guerra inscrevendo-se no espaço da hegemonia do dólar e do padrão manufatureiro americano, afirmou com sucesso seu projeto "desenvolvimentista" a partir dos anos 50. De tal forma que no final dos 70 o país havia se transformado no caso latinoamericano mais avançado de industrialização. Não apenas por causa do porte de sua indústria, mas também pelo grau de sua articulação e de sua inserção internacional. Apesar disto, a crise dos 80 atingiu o Brasil pesadamente, abalando sua economia e erodindo o poder do Estado, tornando ambos - a economia e o Estado - incapazes de iniciar e sustentar um processo de reorganização político-econômico semelhante ao que foi implementado em outros países latinoamericanos. Dificuldade esta que se viu agudizada pela simultaneidade do processo de democratização que abriu espaço para a veiculação de novas demandas e interesses, dificilmente compatibilizáveis, dadas as dimensões da crise macroeconômica que perdura durante toda a década.

Depois de 10 anos de instabilidade e estagnação, no início dos anos 90, o Brasil enfrenta uma situação de profundo impasse, ao contrário, por exemplo, do Chile e do México, onde uma opção clara pelas políticas propugnadas pelo "consenso de Washington" (na expressão sintética de John Williamson), encontrou apoio suficiente para gerar resultados positivos no campo econômico. Como os três países perseguiram projetos ideologicamente convergentes, durante os anos 50 e 60, impõe-se confrontar suas trajetórias políticas e econômicas, durante a última década, visando identificar as diferenças que se têm transformado em obstáculos ao avanço das mesmas políticas na sociedade brasileira. Algumas delas, as de natureza institucional, consolidadas através de longas trajetórias históricas. Outras, entretanto, as de natureza conjuntural, vinculadas às mudanças nas correlações de forças nacionais e internacionais, que acabaram favorecendo a eficácia das políticas propagnadas pelo reformismo liberal.

Nossa hipótese é de que tanto num nível como no outro situam-se os fatores decisivos para o sucesso ou fracasso das coalizões políticas que tem sustentado esta 'vontade' reformista. Sendo que, os casos de Chile e México mais do que os outros, permitem além disto explorar, o peso do fator 'tempo', na evolução conjuntural, pois se no Chile o ajustamento começou na década de 70, no México isto só ocorreu na segunda metade dos anos 80 e no Brasil na virada dos anos 90.

i) A Experiência Chilena

A trajetória chilena nos anos 70 foi bastante distinta da percorrida por Brasil ou México. Desde 1974/5, o governo do General Pinochet já adota uma radical política de liberalização, privatização e abertura da economia. Mudanças que ocorreram sob um regime fortemente autoritário e coeso. Mas ao contrário da Argentina de 77-79, o radical monetarismo praticado no Chile exerceu um decisivo disciplinamento sobre o 'big business' local. Três aspectos devendo ser especialmente considerados:

Em primeiro lugar a política econômica chilena sinalizou uma decidida mudança na trajetória de crescimento, a favor de uma economia essencialmente assentada em recursos naturais e integrada no comércio internacional.

Em segundo lugar, manteve-se o heterodoxo monopólio estatal do cobre, a principal 'commodity' chilena.

E, **em terceiro lugar,** graças também às amplas mudanças na relação do setor público com o setor privado com inegáveis impactos sobre a distribuição de renda, o setor público chileno ostentou, no final dos anos 70, um inédito superávit fiscal (cerca de 3,1% do PIB).

Desse modo, a crise internacional de 81-83 atingiu o Chile num momento em que o núcleo essencial de reformas 'estruturais' no padrão de crescimento já tinha ocorrido, e o país apresentava uma sólida posição fiscal e um controle sobre as variáveis macroeconômicas que não encontrava paralelo no contexto

latinoamericano. Ainda assim, a deteriorização dos termos de troca e a explosão das taxas de juros geraram uma aguda recessão entre 82 e 84. Problema esse que só foi superado a partir de uma política de desvalorização real do câmbio - interrompendo assim a ortodoxia baseada na fixação do câmbio nominal, praticada desde 1976 - e de um conjunto de políticas econômicas concertadas com o FMI. A resposta da economia chilena à desvalorização cambial foi bastante rápida. E o seu sucesso, a partir daí, em termos de equilíbrio macroeconômico e crescimento fez do Chile, sem dúvida, o mais bem sucedido caso latinoamericano de mudança de estratégia de desenvolvimento e ajuste liberal à nova ordem econômica internacional. Mas este sucesso se deu sob condições que cabe de imediato destacar:

1º - O grau de imaturidade de sua estrutura industrial e a pouca complexidade de sua estrutura produtiva, responsáveis por uma menor diversidade e heterogeneidade de interesses, na esfera do capital, e uma menor resistência a um novo tipo de crescimento 'primário-exportador' baseado na modernização das exportações de bens tradicionais fortemente articulada com a base de recursos naturais.

2º - O fato de que durante o longo período que vai de 73 a 88, o seu sistema político e sua organização estatal estivessem rigorosamente centralizados em torno de um comando autoritário cujo projeto econômico de governo contou, aparentemente, durante todo o tempo, com a mais completa lealdade do empresariado. Sendo necessário sublinhar que durante este mesmo período, o governo manteve uma rigorosa disciplina social que impediu eventuais contestações da forma em que foram alocados os custos do ajustamento.

3º - O decidido apoio internacional recebido pelo Chile para equacionar a crise do período 82-84. Apoio obtido na forma de créditos que entre 83 e 87 acabaram financiando cerca de 40% de seus pagamentos externos. Sem este apoio teria sido difícil para o Chile recompor tão rapidamente suas reservas e o poder de seu Banco Central.

4º - O controle que o Estado chileno manteve sobre o cobre, o principal *tradeable* de sua economia, que ao contrário do petróleo valorizou-se ao longo da década de 80. Com efeito, imune à onda de privatizações que ocorreu entre 1973 e 1980 (de cerca de 507 empresas públicas só restaram 25 em 1980), o monopólio não apenas foi mantido como foram ampliados os investimentos no setor.

Desta forma não se abateu sobre o Chile a complexa e instabilizadora operação de transferência de cambiais do setor privado para o setor público, operação que no Brasil ou Argentina, por exemplo, forçou um intenso endividamento interno de curto prazo que acabou imobilizando o setor público.

No caso do Brasil ou México a crise de 1982 teve um significado mais profundo do que para o pequeno Chile. Já se constituíam nesse então em sociedades com economias maiores e mais heterogêneas e complexas. Ambas haviam alcançado níveis de industrialização mais adiantados do que o resto da América Latina, trazendo consigo sociedades de massa, urbanizadas e altamente desiguais. Para suas economias a interrupção do financiamento externo seguido da crise fiscal do Estado interrompeu a possibilidade de manter o padrão anterior de crescimento sustentado pela associação do capital externo com os capitais locais públicos e secundariamente privados. Como conseqüência deste estrangulamento e como decorrência de políticas intencionais e mal sucedidas de ajuste macroeconômico, ambos os países viveram uma prolongada situação de estagnação econômica com instabilidade inflacionária.

A despeito destas semelhanças, as trajetórias percorridas por México e Brasil ao longo das últimas décadas guardam significativas diferenças.

ii) A Experiência Mexicana

No início dos anos 70, o México passou por mudanças importantes em sua estratégia sócio-econômica. Primeiro na direção de um reformismo distributivista, promovido pelo governo Echeverria, e posteriormente, com Lopés Portillo, numa direção desenvolvimentista apoiada pelo impulso dado pelas exportações de petróleo que cresceu a partir de 1974. A incapacidade política de elevar a carga tributária de forma a financiar os gastos sociais de maneira não inflacionária durante o governo Echeverria e, o atraso no programa de substituição de importações com a manutenção de um alto déficit comercial no setor manufatureiro e de alimentos, com Lopés Portillo fizeram do endividamento externo um mecanismo essencial de reprodução de um padrão de crescimento marcado por amplas assimetrias e desajustes estruturais. O 'boom' petroleiro no final da década de 70 agudizou todos estes desequilíbrios numa economia que crescia aceleradamente. Mas logo em seguida com elevado déficit fiscal e taxas inflacionárias crescentes, o declínio dos preços do petróleo no início dos oitenta e a elevação da taxa de juros resultaram no México em massiva fuga de capital e numa crise macroeconômica sem precedentes. O final da história é conhecido: estatização do sistema financeiro privado seguida imediatamente da eleição de De la Madrid que impõe então ao PRI e ao governo uma mudança drástica na condução econômica devolvendo o poder aos técnicos do Banco Central e do Tesouro, que começaram a implementar a política de estabilização concertada com o FMI.

Após uma forte recessão em 83 (4,2% de contração do PIB), o programa mexicano centrou-se na estabilização do câmbio e ajuste fiscal ao mesmo tempo que ensaiava reformas estruturais como a redução das tarifas protecionistas e o ingresso em 86 no GATT. A significativa queda do preço do petróleo em 86 anulou por inteiro este primeiro ajuste interno. Com efeito, em 87 a economia mexicana encontrava-se no auge de uma crise macroeconômica: a inflação atingiu seu recorde com 159%, as NFSP retornaram a um nível de 15% do PIB a despeito de um superávit primário de 5,5% obtido em função de drásticos

cortes nos investimentos públicos. Em dezembro de 1987, no último ano do governo é que, é então firmado o *Pacto de Solidariedade Econômica.*

O impacto antiinflacionário do plano foi imediato graças ao congelamento dos preços básicos. Por outro lado, a liberalização do comércio exterior gerou efeitos positivos sobre o setor exportador não petroleiro, especialmente nas 'maquiladoras'. Mas isto não conseguiu impedir a violenta queda nas reservas internacionais - que passaram de U$ 13,6 bilhões em 1987 para U$ 6,3 em 1988, graças ao crescimento das importações, a queda no preço das exportações e a transferência de recursos ao exterior.

Mas foi certamente no governo Salinas, a partir de 1988, que o processo de mudança se impôs de forma intensa e profunda no México. Com efeito, após a negociação da dívida nos termos do Plano Brady, o "Pacto para Estabilidade e Crescimento Econômico" incluiu um amplo conjunto de reformas cuja velocidade na sua aplicação vem surpreendendo a própria comunidade financeira internacional: mudanças na legislação do capital estrangeiro, privatização das grandes empresas públicas e dos grandes bancos, e inclusive reformas dos 'ejidos', uma questão que foi sempre muito complexa para o PRI. Sendo que estas reformas vêm sendo acompanhadas, nas entradas dos anos 90, pelo reencontro do equilíbrio macro e pela retomada do crescimento, ainda quando acompanhada de uma reconcentração da renda e de um aumento dos desequilíbrios sociais.

Assim mesmo a experiência mexicana sugere-nos, ela também, algumas condições de "sucesso" que parecem confirmar em alguns pontos o que já encontráramos no Chile:

1º - uma reespecialização produtiva facilitada pelo processo de integração deslanchado pelo "Free Trade Agreement" programado para 1993 e levada a cabo na forma de fusão entre empresas americanas e mexicanas e de crescente integração comercial e financeira.

2º - um sistema político e organização estatal estruturados desde 1930 em torno do PRI, partido que vem controlando de forma monolítica, durante todos

estes anos, o governo, os sindicatos urbanos e rurais, e as várias burocracias estatais ligadas ao imenso setor público da economia mexicana. Sendo que as relações com o empresariado, mesmo o "multinacional" foram quase sempre de total compatibilidade e coordenação apesar das tensões que se manifestam no confronto entre o PRI e o PRN. Este mesmo comando político vem mostrando, na segunda metade dos 80, uma enorme capacidade de auto-transformação em simultâneo com o disciplinamento do trabalho, do capital e do próprio Estado.

3º - o decidido apoio internacional que o projeto de liberalização do governo mexicano tem encontrado, da parte do governo norte-americano e dos órgãos multilaterais e bancos envolvidos na renegociação de sua dívida externa nos termos do Plano Brady.

4º - O intenso fluxo de capitais externos que atingiu no ano de 1991 o montante de U$ 19,5 bilhões. Movimento favorecido pela queda dos juros internacionais ocorrida a partir de 1988 que vem permitindo financiar um elevado déficit na balança comercial, que assume no México, aliás, cada vez mais, uma dimensão estrutural.

5º - Por fim, o controle decisivo que também no caso mexicano o estado mantém sobre o principal *tradeable* de sua economia, o petróleo, imune até agora à onda de privatizações.

iii) A Especificidade Brasileira

Estas condições econômicas e políticas que encontramos no Chile e México parecem estar completamente ausentes no Brasil, onde se assiste ao esgotamento do *'desenvolvimentismo'*, a partir do final do Governo Geisel. Após um período marcado por um intenso processo de investimento na indústria pesada e por um exitoso movimento de exportação de manufaturas, a crise que se deslancha a partir do início dos anos 80 encontrou um Estado

fragilizado sem contar com os recursos econômicos e políticos indispensáveis para enfrentar o ajuste e as reformas de mais longo alcance que então se impunham. Pelo contrário, se abateu sobre o país um processo circular e crônico de instabilização macroeconômica e política: instabilidade das normas e das instituições políticas; instabilidade da moeda; instabilidade do crescimento; instabilidade na condução das políticas públicas, etc. De tal maneira que a marca dos anos 80 no Brasil foi, do início ao fim, a ingovernabilidade. Durante toda a década de 80 a atividade econômica se acelera e desacelera seguindo pequenos ciclos de expansão e retração que mantêm a economia em estado de estagnação. A inflação que, já em 83, atingira o patamar dos 15% mensais mantém-se em aceleração, suspensa temporariamente a partir do ciclo de congelamento dos preços iniciados em 86. O fracasso das políticas heterodoxas de estabilização - essencialmente concentradas nos mecanismos propagadores da inflação - e os efeitos aceleradores das políticas ortodoxas praticadas, caracterizaram os três últimos anos da década de 80. A política econômica acabou submetendo-se à própria volatibilidade do ambiente econômico e político movendo-se em direções opostas. De tal maneira que é possível contabilizar no período oito planos de estabilização monetária, quatro diferentes moedas (uma em cada 30 meses), onze índices de cálculo inflacionário, cinco congelamentos de preços e salários, quatorze políticas salariais, dezoito modificações nas regras de câmbio, cinqüenta e quatro alterações nas regras de controle de preços, vinte e uma propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos sobre a austeridade fiscal. Podendo-se por isto afirmar que durante a década de 80 foram tentadas, no Brasil, todas as soluções político-econômicas, tecnicamente concebíveis, ortodoxas e heterodoxas. E, portanto, o insucesso de todas as tentativas parece indicar que o problema brasileiro transcende as questões ligadas apenas ao debate macroeconômico. Por outro lado, a experiência dos ajustes e reformas praticadas no Chile e México parece reforçar a idéia: de que as condições para o sucesso da estabilização e da retomada do crescimento são múltiplas e complexas. Têm a ver tanto com o grau de adaptação e integração da estrutura produtiva ao novo contexto e divisão internacional de trabalho, quanto com grau de homogeneidade e coordenação dos interesses

pelo lado do capital; com o grau de disciplina pelo lado do trabalho; com o nível e a forma do apoio internacional; com o tipo de condições sociais existente no início do processo de ajuste, etc. Mas a hipótese central que queremos defender aqui é que todas estas condições só adquirem força ativa na medida em que exista no país uma coalizão política de sustentação do projeto reformista, que haja um horizonte de estabilidade política assegurada; e que, paradoxalmente, exista um Estado suficientemente forte para disciplinar simultaneamente ao capital ao trabalho e a si próprio. É por isso que considero, paradoxalmente que foi o próprio tipo de sucesso logrado pela ação do Estado desenvolvimentista brasileiro que acabou obstruindo sua capacidade de auto-reformar-se, numa complementaridade perversa com a incapacidade microeconômica dos capitais privados de se autonomizarem e reestruturarem.

Neste ponto cabe relembrar que o Estado desenvolvimentista brasileiro, ao contrário de seus congêneres asiáticos, mostrou-se sempre extremamente forte e autoritário frente ao trabalho e extremamente frágil frente ao capital. E este por sua vez mostrou-se sempre extremamente disperso e heterogêneo, graças ao que, as resistências políticas à uma mudança que implique reestruturação produtiva será sempre muito grande, chegando ao ponto de poder impedir permanentemente o avanço de qualquer política reformista.

Resumindo: cremos que as dificuldades brasileiras têm a ver não com a fraqueza ou fragilidade de sua economia, senão que ao contrário, resultava do fato de que o Brasil tenha completado uma industrialização pesada que não logra avançar a partir de seus padrões pretéritos de financiamento e proteção, mas tampouco se ajusta passivamente às mudanças ocorridas no contexto internacional. Nesse sentido, o fracasso de todas as políticas econômicas tentadas na década de 80 e a ingovernabilidade crônica estariam explicitando um impasse mais profundo: à economia brasileira não seria possível um 'ajuste passivo' à nova ordem econômica internacional, na medida em que não possui complementaridades decisivas com qualquer bloco comercial regional. Só lhe restando por isso o caminho de um 'ajuste estratégico' que passaria por uma profunda reestruturação produtiva e tecnológica. Mas esta solução, por sua vez,

parece estar barrada, neste momento, pela fragilidade e não pela força do estado brasileiro.

Isto fica visível no atual cenário brasileiro, nesta entrada dos anos 90, quando o governo Collor adotou as idéias básicas de reforma do FMI e Banco Mundial ao lado de um ortodoxo plano de estabilização. Em ambos os planos o Brasil vem enfrentando dificuldades recorrentes. Seja no plano das políticas de rigor fiscal e monetário, seja no das reformas tarifárias ou no campo das privatizações e desregulamentação da economia. Para muitos o problema se resumiria numa questão de falta de poder do novo presidente que não possui uma base parlamentar majoritária e sólida o suficiente para sustentar as decisões reformistas. Para nós, entretanto, o problema é mais complexo, e a própria falta de base política parlamentar do governo Collor está indicando a existência de interesses mais profundamente divergentes e contraditórios do que os encontrados no Chile ou México. Um quadro econômico e social mais heterogêneo ao lado de uma institucionalidade política e sindical menos sólida estão na origem deste informe e fazem a especificidade do desafio político-econômico brasileiro no contexto latinoamericano.

Comentários sobre o nº 3 :

A Política Social do Governo Collor.

Autor: José Luis Fiori.

With a little help to my friend: Alimentando o diálogo; breves comentários

George E.M. Kornis*

Textos datados costumam sofrer - especialmente no Brasil - a ação implacável do tempo. Tal não foi entretanto o caso de "A Política Social do Governo Collor" escrito por J.L. Fiori em agosto de 1991, apresentado em outubro de 1991 e finalmente publicado em junho de 1992 num dos primeiros títulos da tardia e bem-vinda "Série: Estudos em Saúde Coletiva". A notável resistência deste texto à erosão destes tempos de sobressaltos - desde o congelamento do tiro único e certeiro contra a inflação até o inédito *impeachement* do Presidente da República derivado do rombo de P.C. & gang - tem, a meu ver, uma simples e paradoxal razão de ser: ao analisar em agosto de 1991 a política social de um governo iniciado em março de 1990 Fiori apoiou-se

* *Professor do Instituto de Medicina Social da UERJ*

fundamentalmente no documento "Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor"(1) certamente por que, após quase um ano e meio de governo, pouco mais do que elaborar diretrizes foi efetivamente realizado pela "modernidade collorida" no campo social.

Assumindo como uma política social descoordenada, voluntarista e imprevisível a não-política social (ou a política quase só retórica) do Governo Collor, o autor vai tomá-la como função da adoção de uma estratégia econômica neo-liberal - que fixa a política de estabilização de preços como prioridade absoluta - mesmo que esta colidisse violenta e frontalmente com os objetivos "social-democratas" presentes no discurso eleitoral de Collor. Fixada esta relação de subordinação da política social à política econômica, Fiori constrói seu raciocínio - uma seqüência simples e consistente mas limitada de deduções - da seguinte forma: a adoção da estratégia econômica neo-liberal é função do avanço, desde fins do Governo Sarney, do "consenso ideológico construído com as idéias hegemônicas nos países capitalistas centrais desde a virada neo-conservadora do final dos anos setenta"(2); este avanço por sua vez é função do fracasso de um projeto reformista "alinhavado em 1977 e 1978 a partir de São Paulo; transformado em programa do novo PMDB em torno de 1981 e 1982 e experimentado como política de governo de 1985 a 1988 quando se dá a definitiva virada conservadora do Governo Sarney"(3); este fracasso é função, na seqüência do raciocínio de Fiori, do avanço da crise fiscal e política do Estado pois "na verdade os reformistas tentaram avançar gerindo instrumentos e impondo novas responsabilidades a um Estado que já estava completamente fragilizado"(4). Esta seqüência dedutiva simples ao se apresentar como "a explicação" da emergência do fenômeno Collor e da instauração da "modernizante" República das Alagoas esbarra no entanto em problemas que cabe apenas assinalar aqui - num breve comentário - um par destes.

O primeiro problema a ser assinalado refere-se tanto às condições de existência do "projeto reformista" - cuja unicidade e consistência conferida por Fiori é, no mínimo, discutível - quanto à temporalidade de seu êxito e de seu fracasso. Afirmar como faz Fiori que entre 85/88, ou seja nos quatro anos regulamentares do Governo Sarney, houve um auge/êxito de um "projeto

reformista" e que depois sem mais nem porque na extensão do Governo Sarney "frustrou-se um ambicioso projeto de reorganização político-institucional e econômico cujos objetivos eram a retomada do crescimento e a estabilização de moedas baseada em simultâneo com a redistribuição ativa da renda e da terra e a universalização dos direitos dos cidadãos"(5) é um expediente intelectual que, do meu ponto de vista, não ajuda a sustentar nem o argumento de que o fracasso reformista abre caminho para Collor (e no limite provoca o fenômeno) nem muito menos o argumento do que o *SIM* conferido a Collor é função de um *NÃO* a Sarney. Por que não ajuda? Ao menos por uma razão muito simples: No Brasil da Nova República todos se diziam - com as exceções de praxe - reformistas e social-democratas. Consideravam-se como tal os pemedebistas, seus filhotes tucanos, os petistas e até mesmo Collor, o que é um elemento analítico básico para explicar - este sim um problema relevante - a convergência da retórica reformista de vetores políticos distintos.

Um segundo problema a ser assinalado refere-se não só às condições de sustentação da ambigüidade da "política social" do Governo Collor - que fará no intervalo de meses a formulação e a liquidação de uma "opção preferencial" pelos descamisados - mas também aos termos de assentamento da noção de que a "*Reforma do Estado*" se constituía num pré-requisito à existência de políticas sociais. Embora tenha assinalado as ambigüidades do discurso social da modernidade collorida, Fiori apenas tangencia uma questão central: por que foi possível a um discurso ambíguo no campo social - mas não no campo econômico - sustentar uma vitória eleitoral sobre um adversário (Lula) que tinha um discurso social bastante mais nítido e um discurso econômico ambíguo ao ponto de possibilitar que logo após o choque/confisco/ congelamento da Ministra Zélia um dos líderes economistas do PT - o deputado Aloísio Mercadante - declarasse publicamente que teria feito o mesmo, caso o resultado eleitoral tivesse sido o inverso? A análise dos limites e possibilidades desta ambigüidade bem que poderia ser objeto de uma reflexão posterior de J.L. Fiori que, no presente texto, esteve limitado a escassas 12 páginas. A questão da reforma do Estado - rotulada no Governo Collor de "Reforma Administrativa" e de "Reforma Fiscal-Financeira" - foi também apenas

tangenciada por Fiori a despeito de sua crucial importância na análise do funesto Governo Collor e do agravamento das condições sociais do Brasil. Fica a expectativa de um (ou mais) novo texto de J.L.Fiori para tornar mais densa a reflexão e o debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DAG, Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor, Programa de Governo do Candidato Fernando Collor de Mello, 1989, mimeo.

2. FIORI, J.L. - "A política social do Governo Collor". IMS/UERJ, *Série Estudos em Saúde Coletiva*, nº 003, Junho de 1992, pg. 3.

3. Idem, pg. 3.

4. Idem, pg. 5.

5. Idem, pg. 4.

Textos Publicados - 1992

001 - Luz, Madel T. *O Corpo da Cidade.* 12 p.

002 - Guimarães, Reinaldo. *Proposta de Atuação para uma coordenação de ciência e tecnologia no Ministério da Saúde.* 8 p.

003 - Fiori, José Luis. *A política social do Governo Collor.* 12 p.

004 - Werneck, Guilherme Loureiro; Reichenheim, Michael. *Anos Potenciais de Vida Perdidos no Rio de Janeiro, 1985. As Mortes Violentas em Questão.* 21 p.

005 - Reis, Elisa P. Brazil: *The Politics of State Administration.* 16 p.

006 - Camargo Jr., Kenneth Rochel de. *Paradigmas, Ciência e Saber Médico.* 20 p.

007 - Salem, Tania. *Manuais modernos de auto-ajuda: uma análise antropológica sobre a noção de pessoa e suas perturbações.* 36 p.

008 - Fiori, José Luis. *A Ingovernabilidade Brasileira.* 12 p.

009 - Noronha, José. *Uma Agenda para a Pesquisa urbana para os anos 90: Saúde, Meio-Ambiente e Pobreza.* 8 p.

010 - Fiori, José Luis. *Sobre a Crise Contemporânea: Uma Nota Perplexa.* 16 p.

011 - Corrêa, Marilena C. D. V. *A Medicalização da Sexualidade.* 24 p.

012 - Guimarães, Reinaldo. *Um Sistema de Informação para a Pesquisa no Brasil* 12 p.